



Comissão de Educação e Ciência

25.maio.2023 – 14H00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Comissão organizadora do Fórum do Património 2022

Recebidos por: Deputado António Cunha (PSD), que presidiu à reunião, Rosa Venâncio (PS), Cláudia André (PSD) e Jorge Galveias (CH)

Assunto: Apresentação detalhada das conclusões e da moção apresentada na 6.^a edição do Fórum do Património que se realizou em Estremoz no dia 1 de outubro em 2022, em particular nas recomendações que incidem na formação e educação patrimonial

Exposição: O Senhor Deputado António Cunha (PSD), cumprimentou os representantes da Comissão organizadora do Fórum do Património 2022, lembrou a grelha de tempos da audiência e apresentou os Deputados presentes.

Os representantes da Comissão organizadora do Fórum do Património 2022 referiram o seguinte, em resumo:

- O fórum património é uma organização que tem vindo a reunir anualmente, sendo constituída por várias associações a nível nacional e regional dedicadas à análise do património e da cultura;
- Ao longo dos anos têm identificado questões que envolvem a perda de património e dessa análise mais aprofundada, realizada em Estremoz, verificaram que é possível dirimir muitos problemas se se atuar desde a base, que é a educação;
- Fizeram uma análise ao currículo geral (pré-escolar até ao secundário) e verificaram que, se a educação ambiental se encontra bem alicerçada e existem nos processos de licenciamento de obras, organismos que fiscalizam e apoiam a sua implementação, o mesmo não acontece no que toca ao património não classificado, que integra os centros históricos das cidades;

- Seria importante ajustar o currículo geral pois existem apenas 2, 3 momentos em que a educação patrimonial está integrada nos currículos, mas isso não surte efeito porque estão inseridos em disciplinas com excesso de conteúdos para o mesmo período, por outro lado, não existe uma articulação ao nível da transversalidade da abordagem, que envolva disciplinas como história, geografia, artes visuais e cidadania;
- A falta de articulação afeta a educação patrimonial bem como as oportunidades criadas em cada um dos territórios gerando assimetrias na formação de base que seria útil para que os futuros gestores e decisores tenham conhecimento do que estão a validar quer em termos de território, quer em termos de edifícios;
- Identificaram lacunas ao nível da formação do ensino profissional nacional e os prazos das obras não são muitas vezes cumpridos por não existir mão de obra;
- É necessário ajustar a formação a nível profissional para adequar o número de futuros profissionais em contexto real de obra, sem que tivesse de obedecer ao mesmo número necessário, por exemplo, para turmas correntes;
- A reabilitação urbana tem sido central sobretudo após a agenda 20/30 com os objetivos do desenvolvimento sustentável, e por isso o *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS) têm estado muito atento à questão da formação e da sua prática;
- No ICOMOS existem 28 comités científicos, um deles, dedicado à formação, o Comité Internacional da formação (CIF), na sequência das lacunas que existem na reabilitação do património, fez um levantamento sobre os planos curriculares dos cursos de mestrado integrado de arquitetura, engenharia, história da arte e arqueologia;
- Do levantamento realizado dos 16 cursos em Portugal de mestrado integrado em arquitetura apenas um deles tem 4 Unidades Curriculares Isoladas (UCIs), 4 cursos têm 2 a 3 UCIs, e 6 cursos têm 1 UCI no currículo, o que significa apenas um semestre de aulas sobre conservação do património para um curso de 5 anos, havendo cursos que não têm sequer uma única UCI que contemple essa área;
- No curso de engenharia civil há 7 cursos que têm esta UCI e 4 que não têm;
- Arqueologia deveria também exigir formação porque a responsabilidade dos projetos e dos sítios arqueológicos é do arqueólogo, mas não têm formação em conservação do património;

- Os dados apresentados já foram comunicados à ordem dos arquitetos e já foi aprovada numa moção por unanimidade no 15.º Congresso dos arquitetos que teve lugar na Alagoa e, assim, aguardam desde 2018 que a ordem avance com alguma decisão.

Intervieram depois os Deputados Rosa Venâncio (PS), Cláudia André (PSD) e Gabriel Mithá Ribeiro (CH) pronunciando-se sobre a matéria.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, os representantes da Comissão organizadora do Fórum do Património 2022 referiram o seguinte:

- Deve-se distinguir o direito à cultura e ao património do ponto de vista de formação do cidadão e o conjunto de oportunidades que cada jovem tem em relação ao município onde se insere;
- No levantamento realizado, dos 308 municípios, alguns não têm vereação da cultura, ou seja, não têm um interlocutor identificável para trabalhar nestas questões, outros têm variações que se denominam «eventos», e quase 50% dos municípios juntam cultura com turismo;
- Todos os jovens deveriam ter acesso a uma educação patrimonial o mais igualitária possível até porque muitos municípios não promovem iniciativas culturais de relevo, faltando, em muitas regiões do país o reconhecimento do seu património;
- Deve elevar-se o patamar do que se pretende para a educação patrimonial e dar oportunidade a todos os jovens até porque existe uma grande concentração de oportunidades ao nível da cultura e do património nos dois grandes centros, Porto e Lisboa, mas existe um conjunto vasto de pessoas que moram nestas 2 grandes áreas metropolitanas que são oriundos de outras regiões;
- Da análise realizada resultaram algumas propostas que podem enviar em relação a cada um dos ciclos, nas quais se prevê a articulação entre as diferentes disciplinas;
- Esta formação relva ainda para se sustentar a cultura no futuro e isso consegue-se através da educação dos jovens e da formação de técnicos;
- Permite-se que empresas de construção façam obras de reabilitação em áreas para as quais não têm um técnico habilitado, funcionando, assim, com subcontratações,

por outro lado, assiste-se a uma grande necessidade de profissionais e não há alunos suficientes de cursos profissionais para determinadas áreas específicas, o que implica que muitas obras fiquem suspensas;

- Apela a um trabalho de longo prazo que tenha na base a educação, também para servir de base à formação futura para aqueles que irão sustentar as operações de conservação, de restauro, e de construção;
- Existe uma parte muito significativa do património edificado que está em mãos de privados e, como tal, é importante sensibilizá-los para o interesse público desses edifícios, para a importância da preservação e da ligação com o ambiente;
- É importante ligar o património com as questões da sustentabilidade, da economia circular, quer ao nível da diminuição de produção de resíduos que está ancorada no tipo de estratégia de intervenção, quer ao nível da evolução da ciência;
- No ensino básico consideram possível integrar as temáticas do património na disciplina da cidadania, em qualquer outra disciplina, ou em disciplinas próprias;
- No ensino superior para além dos levantamentos que fizeram e da moção apresentada na ordem dos arquitetos, também organizaram uma reunião convidando todos os diretores dos departamentos e dos cursos de arquitetura em Portugal, e dos 16, estiveram presentes 10, chegando-se à conclusão que não era possível incluir a matéria da conservação e reabilitação ao nível do mestrado integrado porque o plano já era demasiado extenso, assim, o momento ideal seria em fase de pós-graduação/especialização e o pedido na ordem dos arquitetos foi esse e a ordem dos engenheiros está a trabalhar no mesmo sentido;
- Este entendimento também coincide com as recomendações do Comité Internacional da formação do ICOMOS;
- Deram exemplos de países, nos quais existe formação específica nesta área, havendo uma cultura enraizada em conservar o património e estão a fazer um levantamento a nível europeu;
- Para uma revisão dos currículos seria importante envolver as ordens profissionais, entidades que dão formação a técnicos profissionais e associações que trabalham nestas áreas;
- Está-se a destruir património para hotéis, alojamento local, etc., mas o turista vem para visitar a cultura do país, é assim necessárias uma gestão e uma visão integrada, pois os estudos comprovam que há mais oferta do que procura;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

- Falta uma intervenção holística tanto ao nível da gestão como ao nível dos técnicos que depois vão intervir

A gravação da audição e a documentação entregue estão disponíveis na [página da audiência](#), pelo que se dispensa maior desenvolvimento neste relatório.

Palácio de São Bento, 25 de maio de 2023.

A Assessora Parlamentar

(Ana Montanha)